



Resumo Público do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito



Gustavo Alfredo Cordeiro Ferreira de Arruda

Reitor

Ana Luiza Exel

Pró-Reitora de Graduação

Thiago William Araújo das Neves

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

Alba Maria Bomfim de França

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Inovação e Internacionalização

Flávio Mario Silva de Siqueira

Gerência Comercial, Marketing e Comunicação



RESUMO PÚBLICO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

Afya Centro Universitário Unima-AL

1. Identificação do curso

Denominação	Direito (Bacharelado)
Modalidade / Regime	Presencial
Turno	Manhã e noite
Carga horária total	3700 horas
Duração	10 semestres
Vagas autorizadas	360 vagas/ano

2. Apresentação e finalidade do documento público

Este resumo público consolida, em linguagem acessível e objetiva, os elementos estruturantes do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito, preservando informações internas e operacionais que não são disponibilizadas no site institucional. O PPC integral permanece disponível para consulta interna e para fins regulatórios, conforme as rotinas acadêmico-administrativas da IES.

3. Base normativa e princípios formativos

O curso é concebido em conformidade com o marco regulatório da educação superior brasileira e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) vigentes para Direito, conforme preconiza a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, articulando ensino, pesquisa e extensão, com integração precoce e longitudinal em cenários de prática, especialmente no Sistema de Justiça.



O PPC orienta-se por princípios de formação geral, sólida, crítica, reflexiva e humanística; cuidado centrado na pessoa, com uma formação de qualidade e em consonância com o mercado local e global; práticas baseadas em evidências; e compromisso com a equidade e a responsabilidade social.

4. Perfil do egresso

O perfil do profissional do Direito delineado pelo Centro Universitário Unima-AL está pautado nos estudos realizados pela Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério da Educação, que culminaram na reformulação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Direito, identificando a necessidade de coexistência da preparação técnico-jurídica e da formação sociopolítico dos estudantes.

5. Organização curricular e matriz do curso

A formação jurídica proposta pelo Curso de Direito está estruturada com base nos três eixos formativos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES n.º 5/2018): Formação Fundamental, Formação Profissional e Formação Prática. Cada eixo contempla conteúdos específicos e integrados, que visam ao desenvolvimento de competências técnicas, éticas, humanísticas e reflexivas.

A **Formação Fundamental** compreende conteúdos voltados à compreensão crítica e interdisciplinar dos fundamentos do Direito, com ênfase nas áreas de Filosofia, Sociologia, Ciência Política, História, Economia e Ética. Esses conhecimentos sustentam a reflexão sobre as bases epistemológicas e histórico-sociais do Direito, fomentando o pensamento crítico e a análise da realidade brasileira em suas dimensões políticas, sociais e econômicas.

A **Formação Profissional** contempla os ramos essenciais do Direito, como Direito Constitucional, Administrativo, Tributário, Civil, Penal, Empresarial, do Trabalho, Internacional e Previdenciário, além dos conteúdos voltados às formas consensuais de solução de conflitos e aos direitos fundamentais. Nessa etapa, o discente aprofunda-se no estudo sistematizado dos institutos jurídicos, com atenção às transformações legislativas, jurisprudenciais e doutrinárias, relacionando teoria e prática a partir de problemas jurídicos concretos.



A **Formação Prática** é desenvolvida de maneira progressiva, especialmente por meio das disciplinas de estágio supervisionado e da atuação no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). As atividades práticas são fundamentais para a consolidação das competências necessárias ao exercício da profissão e estão organizadas para permitir ao estudante o contato direto com situações reais de aplicação do Direito, como atendimento à população, elaboração de peças jurídicas, participação em audiências simuladas, mediação e conciliação, entre outras. As disciplinas que compõem os estágios supervisionados, articuladas ao NPJ, são: **Conceitos Básicos da Prática Forense e Habilidades Profissionais, Clínica de Direitos Humanos, Prática Criminal e Tribunal do Júri, Prática Cível e Consumerista, Prática Trabalhista e Previdenciária e Práticas dos Métodos Adequados de Soluções de Conflitos**. Essas disciplinas seguem uma progressão que respeita os diferentes níveis de complexidade das atividades práticas, oferecendo ao estudante uma vivência qualificada e contextualizada do exercício profissional.

A formação inclui, ainda, os **Projetos de Extensão**, integrados ao currículo ao longo de diferentes fases do curso. São cinco disciplinas de Projeto de Extensão (I a V), com o propósito de conectar o conhecimento acadêmico às demandas sociais reais, promovendo a cidadania, a ética e o compromisso com os direitos fundamentais por meio da atuação em comunidades e instituições parceiras.

A estrutura curricular do curso valoriza a interdisciplinaridade, o protagonismo estudantil e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Os componentes curriculares estão organizados de forma a promover a integração entre os saberes teóricos e práticos, assegurando a progressividade e a coerência do processo formativo. Além disso, há incentivo à participação em projetos de extensão, grupos de estudos, oficinas, mostras de TCC, atividades de iniciação científica e visitas técnicas, que complementam o percurso acadêmico e fortalecem a formação integral.

Todos os componentes curriculares possuem bibliografias básicas e complementares atualizadas e alinhadas às suas respectivas ementas, favorecendo o acesso a obras de referência e a autores contemporâneos. O planejamento pedagógico



contempla metodologias ativas de ensino-aprendizagem, com ênfase no estudo de casos, simulações, debates, resolução de problemas e uso de tecnologias educacionais.

Além disso, os conteúdos relativos à **Educação em Direitos Humanos**, à **Educação para as Relações Étnico-Raciais** e o **Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, à **sustentabilidade ambiental** e à **acessibilidade** são tratados de forma transversal e permanente ao longo do curso, em consonância com as normativas educacionais vigentes.

A disciplina de **Libras (Língua Brasileira de Sinais)** integra o currículo como componente obrigatório, conforme estabelecido pelo Decreto n.º 5.626/2005, promovendo a formação de profissionais comprometidos com a inclusão e a comunicação acessível.

O currículo do curso foi desenhado de modo a assegurar coerência, continuidade e articulação entre os componentes curriculares, alinhando-se aos objetivos formativos e ao perfil do egresso desejado. Com base na Resolução CNE/CES n.º 5/2018, busca-se garantir uma formação sólida, crítica, ética e comprometida com a justiça, capaz de responder às complexidades da sociedade contemporânea.

A organização curricular, estruturada por eixos, também favorece a formação por competências, ao permitir que o estudante desenvolva não apenas conhecimentos jurídicos, mas também habilidades práticas, atitudes éticas e sensibilidade social. O curso promove ambientes integrados de aprendizagem — presenciais e digitais — que favorecem o protagonismo estudantil e a resolução de problemas complexos, em sintonia com os desafios contemporâneos do mundo jurídico. A flexibilidade conferida pelas disciplinas eletivas, pelos projetos de extensão e pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão reforça a formação de um egresso capaz de atuar com autonomia, criatividade e responsabilidade social.

5.2 Diferenciais formativos descritos no PPC (visão pública)

- Inserção precoce e longitudinal em cenários de prática, através do Núcleo de Prática Jurídica, iniciando nos primeiros períodos do curso.



- Uso pedagógico, intencional e ético de Inteligência Artificial (IA) para apoiar simulações das atividades, feedback formativo, identificação de lacunas de aprendizagem e personalização do estudo.
- Avaliação orientada por competências e princípios de avaliação programática, com devolutivas estruturadas e monitoramento longitudinal do desempenho.
- Integração ensino-pesquisa-extensão com extensão curricularizada e projetos com impacto social, alinhados às demandas locais e regionais.
- Ações institucionais de mentoria, bem-estar e suporte psicossocial, em consonância com as DCNs vigentes.

6. Metodologias de ensino-aprendizagem

O curso adota metodologias ativas e estratégias centradas no estudante, combinando aulas dialogadas, tutoria, aprendizagem baseada em casos e problemas, simulação realística, sala de simulação de Júri, atividades práticas em serviço, projetos integradores e uso pedagógico de tecnologias educacionais. A organização didático-pedagógica prioriza a integração curricular, a interdisciplinaridade, a educação interprofissional e a construção de competências ao longo do percurso formativo.

De forma transversal, o PPC prevê o desenvolvimento de competências em direito digital e uso ético de tecnologias emergentes, incluindo Inteligência Artificial (IA) aplicada ao processo de ensino-aprendizagem, reforçando a prática baseada em evidências.

7. Avaliação da aprendizagem

A avaliação é contínua e orientada por competências, combinando instrumentos formativos e somativos (por exemplo: avaliações teóricas, práticas). A avaliação programática é utilizada para monitorar o desempenho e apoiar intervenções pedagógicas, com planos de melhoria quando necessário.

8. Pesquisa, extensão e responsabilidade social

O PPC integra ensino, pesquisa e extensão. As atividades de extensão compõem, no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil e estão incorporadas à matriz, com projetos e ações voltadas às necessidades locais e regionais, ao fortalecimento da atividade jurídica e à formação cidadã. A iniciação científica e a produção acadêmica são estimuladas por meio de projetos, grupos de estudo e orientação docente.

09. Acessibilidade, inclusão e apoio ao estudante



A IES mantém políticas e fluxos institucionais de acessibilidade e inclusão, com identificação de necessidades específicas, adaptações razoáveis, tecnologias assistivas e suporte pedagógico. O curso dispõe de ações de acolhimento, acompanhamento acadêmico e psicossocial, incluindo estratégias de mentoria e promoção de bem-estar, em alinhamento com a legislação de inclusão e com as DCNs vigentes.

10. Gestão do curso e melhoria contínua

A governança acadêmica do curso é conduzida por instâncias colegiadas e por Núcleo Docente Estruturante (NDE) com atuação permanente na concepção, implementação, avaliação e atualização do PPC. O acompanhamento da qualidade envolve monitoramento de indicadores acadêmicos, avaliação institucional (CPA) e análise sistemática de resultados para retroalimentação do planejamento.

11. Infraestrutura e recursos educacionais

A IES assegura infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos compatível com a execução do PPC, incluindo ambientes de simulação e sala de simulação de júri, salas de aula adequadas, bibliografia e bases de dados, recursos de tecnologia educacional, e campos de prática com condições de segurança, supervisão e qualidade.

12. Transparência e acesso ao PPC integral

O PPC integral contém detalhamento completo da matriz curricular, ementas, bibliografias, políticas acadêmicas e instrumentos de gestão e avaliação. Para fins de transparência e atendimento às rotinas institucionais, a versão integral pode ser consultada mediante solicitação formal à Secretaria Acadêmica ou às instâncias responsáveis na IES.